



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Concurso Público

Cargo: Policial Rodoviário Federal

Curso de Formação Profissional

2.^a Etapa/3.^a Turma

Prova Objetiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo, transcritos acima, coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu cargo e o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se este caderno contém a quantidade de itens indicados em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O conhecimento é em si mesmo um poder.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 3/7/2011, às 20 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet – www.cespe.unb.br.
- II 5 e 6/7/2011 – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes. Nesse sentido, considere que as siglas subsequentes, sempre que utilizadas na prova, deverão ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CNPJ = cadastro nacional de pessoa jurídica; CPF = cadastro de pessoa física; CTB = Código de Trânsito Brasileiro; DPRF = Departamento de Polícia Rodoviária Federal; INFOSEG = Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização; PRF = Polícia Rodoviária Federal ou policial rodoviário federal, a depender do contexto; VHF = *very high frequency*; VoIP = voz sobre IP.

PROVA OBJETIVA

Julgue os itens de **1 a 9**, acerca de sistemas de informação.

- 1 O *software* de controle e gerenciamento da comunicação adotado pelo DPRF, Asterisk, gerencia e proporciona as funcionalidades de um PABX convencional ao VoIP do DPRF, como a padronização da numeração dos telefones com 9 dígitos, cujos dois primeiros servem para identificação da instituição, os próximos dois indicam o DDD, os três seguintes, as coordenadorias e delegacias e os dois últimos, as superintendências.
- 2 São deveres dos operadores de rádio: conhecer e empregar os prefixos das estações; efetuar comunicação de forma concisa e em tom de conversação; transmitir a mensagem sempre em alta velocidade, de modo que o tempo de conversa seja encurtado e o canal de comunicação, rapidamente liberado.
- 3 A INFOSEG tem por objetivo principal o compartilhamento dos dados de indivíduos criminalmente identificados, de armas de fogo, de veículos, de condutores, de CPFs e de CNPJs entre todas as unidades da Federação. Essa rede possibilita o acesso a dados detalhados de justiça, segurança pública e fiscalização, sem necessidade de consulta direta em suas bases de origem, ou seja, nas bases de cada estado.
- 4 A inclusão ou a exclusão de registros na base da INFOSEG é feita por meio de solução de atualização executada a cada dois minutos a partir da base de dados dos estados ou da Polícia Federal.
- 5 Para se acessar com segurança a INFOSEG, é necessário que a máquina a partir da qual será feito o acesso tenha *plugin* de segurança, cuja instalação somente poderá ser realizada por pessoa que tenha a senha de administrador da máquina. Uma vez instalado esse *plugin*, o usuário poderá efetuar *login* na rede, informando CPF e senha, que deverá ser digitada em teclado virtual na respectiva tela. Após três tentativas erradas ao informar a senha, ela será automaticamente bloqueada.
- 6 Na tela de consulta a condutores, apenas os campos nome do condutor, nome da mãe e data de nascimento são cumulativos. Para pesquisa por meio dos demais critérios, como número do registro, CPF do condutor e número do Registro Nacional de Condutores Habilitados, basta o preenchimento de apenas um desses campos.
- 7 O DPRF é provedor de serviço de VoIP, que consiste no roteamento de conversação humana por meio da Internet ou de qualquer outra rede embasada no protocolo IP. Desse modo, as chamadas do tipo VoIP para VoIP, no âmbito do DPRF, são gratuitas.
- 8 A transmissão de mensagens urgentes deve obedecer a critérios de prioridade I, II e III. Calamidade pública e pedido de socorro para vítimas se incluem entre as prioridades do grupo I; acidentes graves com vítimas fatais e furto de veículos, entre as do grupo II; todas as demais mensagens urgentes não classificadas em I e II fazem parte do grupo III.

- 9 O DPRF utiliza vários tipos de equipamentos para comunicação de voz compostos de estações fixas, móveis, portáteis e repetidoras que operam em várias frequências, como VHF, banda baixa e modulação em FM, em que a grande maioria opera em VHF.

Acerca do direito penal e do direito processual penal, julgue os itens subsecutivos.

- 10 Suponha que um PRF selecione, aleatoriamente, determinado veículo para fiscalizar, e, ao abordá-lo, constate o porte, pelo seu condutor, de uma arma de fogo e de grande quantidade de joias e dinheiro. Suponha, ainda, que tenha sido apurado que o condutor do veículo acabara de executar o roubo dos objetos com ele encontrados. Nessa situação, não se imporá a prisão em flagrante do condutor, em razão de não ter havido perseguição policial ao condutor após a prática do crime e de a seleção do veículo não ter sido intencional.
- 11 Considerando-se que um cidadão, imputável, tenha sido abordado pela polícia conduzindo em seu veículo uma adolescente de quatorze anos de idade, com quem pretendia praticar sexo mediante pagamento, é correto afirmar que, nessa situação, o agente policial deverá apresentar o infrator à autoridade policial competente, enquanto a adolescente, em não sendo localizado o seu responsável ou representante legal, deverá ser apresentada ao conselho tutelar, na condição de vítima, para a tomada das medidas protetivas pertinentes.
- 12 Considere que um policial, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, tenha adentrado, durante o dia, em residência indicada na ordem judicial, visando à apreensão de objetos oriundos da prática de crime. Considere, ainda, que a entrada tenha ocorrido mediante arrombamento do portão principal da residência, em razão de o seu proprietário ter-se recusado a abri-lo assim que notificado a fazê-lo. Nessa situação, a conduta do policial ao danificar o portão foi típica, mas não foi antijurídica, por estar respaldada em uma excludente de ilicitude.
- 13 Considerando-se que o autor de um crime de homicídio na cidade de São Paulo tenha sido preso em flagrante por agentes da PRF em rodovia federal situada em município do estado do Paraná, é correto afirmar que o preso deverá ser apresentado à autoridade policial de São Paulo, local onde se consumou a infração.
- 14 Suponha que um funcionário público, no efetivo exercício de atividade de fiscalização, exija, de um cidadão flagrado portando entorpecentes, dinheiro para livrá-lo da prisão em flagrante, e que esse cidadão ceda a tal exigência, se comprometendo a entregar, em local e horário previamente combinados, a quantia exigida. Suponha, ainda, que, no momento do encontro, antes da entrega, pelo infrator, do dinheiro ao funcionário, ambos tenham sido abordados por uma equipe de policiais e o fato tenha sido descoberto. Nessa situação, em virtude de a entrega do dinheiro não ter sido consumada, responderá criminalmente o servidor pela tentativa de concussão.

No que concerne ao direito administrativo, ao direito constitucional e à segurança pública, julgue os itens seguintes.

- 15** A PRF constitui força de segurança pública com característica precípua de polícia ostensiva, porquanto duas de suas principais atribuições são a preservação da ordem pública e o policiamento de trânsito nas rodovias federais.
- 16** Suponha que um cidadão, mediante tortura, confesse ter armazenado em depósito grande quantidade de cocaína e que, com base nessa informação, a droga seja encontrada pela polícia e apreendida formalmente, constituindo prova de crime de tráfico de entorpecentes. Nessa situação, a referida prova, consistente na apreensão da droga, não poderá ser aceita no processo, uma vez que foi obtida de forma ilícita.
- 17** Considere que determinado estado da Federação edite lei que estabeleça nova escala de trabalho para os policiais que atuem em seu território, incluindo-se os policiais responsáveis pelo policiamento de rodovia federal nele localizada. Nesse caso, será lícita a aplicação da referida lei nos órgãos de segurança pública em exercício naquele estado, alcançando, inclusive, a PRF.
- 18** Do administrador público exigem-se estrita observância da lei e atuação competente e eficaz, objetivando o perfeito atendimento dos interesses e das necessidades coletivas e dos fins desejados pelo Estado. Tal assertiva expressa, sucintamente, os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da eficiência que fundamentam a atividade pública.

Com referência aos procedimentos de policiamento e fiscalização e às atribuições do DPRF, julgue os itens de **19** a **24**.

- 19** Considere que um PRF, em atividade rotineira, proceda à abordagem de um veículo e constate tratar-se de veículo roubado, cujos sinais identificadores haviam sido adulterados. Considere, ainda, que, ao vistoriar o veículo, o policial encontre grande quantidade de substância entorpecente, acondicionada em um fundo falso no porta-malas, e uma arma de fogo de uso proibido e que proceda tanto à apreensão do veículo quanto à dos objetos nele encontrados. Em face dessa situação, é correto afirmar que a abordagem ao veículo pelo policial configura ação de fiscalização, e que as demais providências tomadas — apreensão do veículo, da droga e da arma — configuram ações de policiamento.
- 20** A PRF é órgão permanente da estrutura do Poder Executivo, organizado e mantido pela União, com atribuições previstas tanto na Constituição Federal de 1988 quanto nas constituições estaduais, no CTB e em legislação específica.
- 21** São ações de fiscalização que devem ser realizadas em comandos específicos a escolta e a segurança do presidente da República nos deslocamentos rodoviários por meio de serviços de batedores com motocicletas, bem como o controle dos limites de velocidade dos veículos por meio de radar.

22 Suponha que, ao patrulhar determinada rodovia, uma equipe de policiais flagre um veículo trafegando em velocidade acima da máxima permitida para a via. Nessa situação, por terem constatado uma infração de trânsito, os policiais deverão perseguir o veículo, procedendo à sua intercepção e abordagem para a lavratura do auto de infração.

23 Em ações de fiscalização rotineiras, a seleção, pelo policial, de veículo a ser fiscalizado constitui ato discricionário, devendo incidir, preferencialmente, sobre veículos com infração de trânsito visível ou ser efetuada com base em comando específico, por exemplo, transporte de produto perigoso, transporte interestadual, entre outros.

24 Em caso de acidente ocorrido em rodovia durante o dia que enseje o bloqueio de uma das faixas de rolamento da via, deve-se posicionar a viatura policial sobre a faixa interrompida, perpendicularmente ao eixo da rodovia, com as luzes de sinalização acionadas.

Com relação aos equipamentos utilizados pela PRF, julgue os itens que se seguem.

- 25** Cone, trena, tambor, cavalete e apito são classificados como equipamentos de sinalização.
- 26** São equipamentos de fiscalização o etilômetro, o binóculo, a balança e o detector de metal.
- 27** Para participar de ação policial de combate ao narcotráfico em rodovia fronteira, o PRF deve dispor de equipamentos de segurança como algemas, armamento apropriado, colete balístico e cama de faquir.

No que tange à lavratura de autos de infração e ao uso de aparelhos de medição de velocidade e alcoolemia, julgue os itens de **28** a **34**.

28 A fiscalização de velocidade realizada por meio de radar deve ser obrigatoriamente sinalizada, observando-se, em regra, determinada distância entre a placa de regulamentação da velocidade máxima permitida e o local de medição da velocidade, a fim de garantir a segurança viária e informar aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para a via.

29 Em geral, utiliza-se o radar em comandos com o objetivo de intensificar a fiscalização em pontos estratégicos da via. A utilização de radar automático, ou seja, que não necessita ser controlado por operador, dispensa o destacamento de policial e viatura para o local de instalação do equipamento, o que permite à equipe de fiscalização posicionar-se a uma distância adequada do equipamento.

30 No preenchimento de auto de infração por excesso de velocidade medida por aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico, devem ser informadas a velocidade medida do veículo, a velocidade regulamentar da via e a velocidade considerada para aplicação de penalidade, expressas em km/h.

- 31 Suponha que, durante fiscalização rotineira de trânsito em uma rodovia, no momento em que um policial realizava a abordagem a um veículo, cujo motorista apresentava visíveis sinais de embriaguez, outro condutor, que trafegava pela mesma via, presenciando a abordagem policial, tenha decidido parar e relatar ao policial que, minutos antes, o motorista abordado quase provocara um acidente ao dirigir de forma imprudente. Suponha, ainda, que o referido motorista tenha se recusado a se submeter a teste de alcoolemia quando instado a fazê-lo. Nessa situação, o infrator estará sujeito às penalidades e às medidas administrativas estabelecidas no CTB, devendo responder criminalmente pelo delito de embriaguez ao volante.
- 32 Caso um agente, na abordagem a um veículo, constate a existência de mais de uma infração de trânsito, deverá confeccionar um auto para cada infração constatada.
- 33 Etilômetro ou medidor de alcoolemia alveolar é o aparelho eletrônico por meio do qual se determina, com precisão, a concentração de álcool em cada litro de sangue do indivíduo submetido a exame.
- 34 Considere que um PRF, em serviço, tenha presenciado uma infração de trânsito, mas não tenha podido abordar imediatamente o veículo ou identificar o seu condutor. Considere, ainda, que, ao consultar os sistemas utilizados pela PRF para a verificação dos dados referentes à atuação em questão, o policial tenha descoberto a existência de registro de furto do veículo. Nessa situação, o policial, além de preencher o auto de infração de trânsito, deverá proceder ao registro da ocorrência quanto à possível localização do veículo furtado.

No que se refere ao uso diferenciado da força no exercício da função policial, julgue os itens a seguir.

- 35 Se for necessário o uso de arma de fogo para a interrupção de agressão ou de ameaça à vida de terceiros, o policial deverá direcionar os disparos para a massa central ou região do tronco do agressor.
- 36 O uso da força tem como fator limitador o nível de submissão do indivíduo ou grupo de indivíduos suspeitos ou infratores, nunca devendo o policial ultrapassar o nível razoável e necessário para atingir os objetivos legítimos de aplicação da lei.
- 37 Tanto o Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei quanto os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Arma de Fogo têm força de tratados, razão por que foram incorporados ao direito interno brasileiro, devendo ser observados e cumpridos como regra geral, tal como uma lei ordinária.
- 38 Caso seja necessário algemar o suspeito durante a abordagem, o policial deverá, em qualquer situação, ordenar ao infrator que se ajoelhe ou se deite para que possa algemá-lo, preservando, assim, a sua própria integridade física e a dos membros da equipe.

Com relação à história e organização hierárquica do DPRF, à ética e postura profissional no serviço público e ao atendimento prestado ao público, julgue os itens que se seguem.

- 39 Unidades desconcentradas do DPRF incluem o Núcleo Cartorial e o Núcleo de Execução Administrativa.
- 40 À Coordenação-Geral de Operações compete elaborar e propor as diretrizes da política operacional do DPRF.
- 41 A impessoalidade é um dos princípios constitucionais que deve orientar o comportamento do servidor público na execução de suas atividades de forma a contribuir para que o Estado promova o bem comum.
- 42 Atendimento ao usuário refere-se à forma como o usuário do serviço público é recebido e atendido pelo servidor público.
- 43 O policiamento, atividade eminentemente civil, deve ser concebido pelos agentes públicos que o realizam como forma de transmitir civilidade por meio da defesa e da promoção da cidadania. Assim, para realizá-lo, o servidor do DPRF deve deter competências interdependentes e complementares que garantam a prestação desse serviço de acordo com as aspirações da sociedade.
- 44 Observa-se a eficiência do atendimento ao público quando as metas de melhoria na solução de problemas ao usuário são estabelecidas e cumpridas pelo DPRF.
- 45 Entre outras atribuições, compete à Divisão de Polícia Rodoviária Federal organizar, programar e controlar as atividades de policiamento, bem como orientar o trânsito e fiscalizar o cumprimento da legislação de trânsito nas rodovias federais. Essa divisão, à época de sua criação, era desvinculada da Diretoria de Trânsito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, passando a integrá-la, no entanto, a partir do momento em que a PRF passou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça, como DPRF.

A respeito de direitos humanos e cidadania, julgue os itens de 46 a 53.

- 46 Atualmente, em razão do reconhecimento do caráter pedagógico da atividade policial, inclui-se a profissão de policial no rol das profissões formadoras de opinião.
- 47 O princípio da universalidade garante a igualdade formal entre grupos sociais ao estabelecer como objetivos fundamentais do Estado a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.
- 48 A atuação da polícia como superego social permite a ressignificação da importância social da polícia, com a consequente consciência da nobreza e da dignidade da missão policial.
- 49 Em razão de mudanças culturais e sociais, o papel do policial, no mundo contemporâneo, deve ser o de agente educacional, e nunca o de agente repressivo.
- 50 O princípio da igualdade material, que estabelece a promoção do bem de todos, sem preconceitos, garante o acesso dos cidadãos a todos os direitos constitucionais.
- 51 O PRF, ao se deparar com uma situação em que a pessoa apresente resistência à prisão ou desobediência, poderá fazer uso de algemas, pois estará amparado legalmente no Código de Processo Penal.

- 52** A PRF tem papel importante na repressão e na prevenção ao tráfico de pessoas, pois atua como agente de sensibilização e fiscalização nas rodovias federais.
- 53** O uso de algemas por parte de policiais viola o princípio da inviolabilidade da intimidade da honra e da imagem em qualquer circunstância.

No que se refere a relações humanas, julgue os itens a seguir.

- 54** As relações interpessoais tendem a melhorar com o desenvolvimento de habilidades, como o autoconhecimento emocional e a empatia.
- 55** Mensagens simples, diretas e não redundantes favorecem a ocorrência da filtragem e do bloqueio na comunicação.
- 56** O *feedback* constitui importante recurso para melhorar a comunicação interpessoal.
- 57** As equipes distinguem-se dos grupos pela sinergia que ocorre entre os seus membros e pela complementaridade entre competências e responsabilidades de cada membro da equipe.
- 58** A evitação ou retirada estratégica é a técnica indicada para a solução de conflitos disfuncionais de longo prazo.
- 59** Fatores como motivação, interesse e experiências passadas, constitutivos da situação ou do contexto do qual o observador participa, influenciam a percepção humana.
- 60** A prática da seletividade pelo observador o leva a perceber o outro como semelhante a si próprio. Tal modo de perceber o outro é influenciado mais pelas características do observador que pelas da pessoa observada.
- 61** Um dos bloqueios na comunicação humana é a filtragem, que se refere à presença, na comunicação, de qualquer elemento não intencional, ou seja, que não faça parte da mensagem original, capaz de prejudicar a compreensão da informação.

Com relação a acidentes e ao levantamento do local em que eles ocorrem, julgue os itens de **62** a **69**.

- 62** Quando uma pista é dividida em duas faixas de trânsito, cada faixa é considerada uma unidade de tráfego.
- 63** Se um ciclista, trafegando em sua bicicleta em uma descida bastante inclinada, cair da bicicleta e fraturar um braço e uma perna, essa queda configurará acidente de trânsito com lesões corporais.
- 64** Caso um automóvel pare em frente a uma faixa de pedestres, para permitir que uma pessoa atravesse a rua, e um motociclista desatento bata a parte frontal de sua moto na parte traseira do automóvel, esse acidente deverá ser classificado de colisão mista, pois, com relação ao automóvel, ocorreu colisão traseira, e com relação à motocicleta, ocorreu colisão frontal.
- 65** Em uma sinalização completa, a área de segurança necessariamente deve ter a mesma extensão da área operacional.
- 66** Considere que dois automóveis em movimento colidam em uma rodovia federal. Esse fato será considerado um acidente de tráfego, e não um acidente de trânsito, pois os dois veículos estavam simultaneamente em situação de tráfego.
- 67** No caso de acidente em que haja cadáver no local do evento, o policial deverá promover o isolamento da área de tal modo que os populares e curiosos sejam mantidos tão distantes quanto possível.

- 68** Levantamento planimétrico é a medição das distâncias da posição final dos veículos, dos cadáveres, dos vestígios e do provável ponto de colisão ou choque, relacionando-se tais distâncias a pontos fixos.
- 69** Amarração é o procedimento realizado para isolar a área de segurança mediante a utilização de fita de segurança.

Por estar embriagado, um motorista perdeu o controle do automóvel que guiava em uma ponte sobre um rio, tendo o veículo saído da pista, girado completamente sobre si mesmo e caído dentro do rio.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 70** O referido acidente teve por causa falha humana.
- 71** Por tratar-se de queda de veículo em rio, o referido acidente deverá ser classificado de tombamento.

Acerca das medidas administrativas e infrações, julgue os itens que se seguem.

- 72** A advertência oral é uma medida administrativa e, portanto, é aplicável diretamente pelo agente da autoridade de trânsito.
- 73** A advertência por escrito é uma penalidade que substitui uma multa.
- 74** Considere que um condutor embriagado tenha sido flagrado dirigindo um veículo e que, mediante a aplicação de teste com etilômetro, tenha-se comprovado a sua embriaguez. Nessa situação, o policial que o autouou não deve preencher o termo de constatação de embriaguez, visto que esse termo somente deve ser utilizado caso o condutor se recuse a realizar os procedimentos de verificação da dosagem de alcoolemia.
- 75** A apreensão do veículo é uma penalidade e a remoção do veículo é uma medida administrativa.
- 76** Retenção é a medida administrativa aplicada aos veículos apreendidos, que ficam retidos no depósito até que os proprietários tomem as providências necessárias para a sua restituição.
- 77** No caso de colisão frontal envolvendo dois automóveis, é obrigatória a realização de procedimento para exame de alcoolemia em ambos os condutores, mesmo que eles tenham falecido no acidente.

Julgue os itens a seguir, referentes a habilitação e a documentos de porte obrigatório.

- 78** Suponha que um cidadão argentino, que tenha carteira de habilitação expedida na Argentina, pretenda alugar um automóvel no Brasil e conduzi-lo em uma viagem entre o Rio de Janeiro e Recife. Nessa situação, ele deve providenciar uma habilitação internacional para dirigir, pois todo estrangeiro deve portar esse documento para conduzir automóveis no Brasil.
- 79** Considere que um motorista esteja conduzindo um ônibus sem qualquer passageiro, para levá-lo a uma oficina mecânica. Mesmo para tal finalidade, exige-se que o referido condutor seja habilitado na categoria D.
- 80** Um condutor cuja carteira nacional de habilitação extraviou-se não poderá conduzir veículos portando apenas a cópia dessa carteira, mesmo que essa cópia tenha sido autenticada em cartório.

